



A PRÁTICA CLÍNICA NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Talita Regina Santos Ferreira
Flávia Diniz Roldão

Resumo

A Teoria Histórico-Cultural foi desenvolvida por Lev Semionovich Vygotsky no início do século XX. Tendo a especificidade de compreender a construção psíquica do sujeito, com base na relação que este estabelece com a sociedade histórica e cultural na qual está inserido, essa teoria tem sido significativa para diversas áreas entre elas, a Psicologia. Nesse sentido, a Psicologia Histórico-Cultural, apresenta concepções diferenciadas de sujeito e das relações que este estabelece com o mundo. E embora essas concepções sejam relevantes pouco se tem discutido sobre a possibilidade de atuação clínica nesta abordagem. Assim, a presente pesquisa de caráter bibliográfico pretende compreender como se dá o manejo do atendimento psicoterapêutico clínico na perspectiva Histórico-Cultural. Buscando traçar um perfil histórico do desenvolvimento da teoria, reconhecendo seus pressupostos, na busca por compreender como estes se efetivam e favorecem a prática clínica nesta proposta.

Palavras-chave: Teoria Histórico-Cultural. Psicologia Clínica. Sujeito.

Abstract

Historical-Cultural Theory was developed by Lev Semionovich Vygotsky at the beginning of the 20th century. Having the specificity of understanding the psychic construction of the subject, based on the relation that it establishes with the historical and cultural society in which it is inserted, this theory has been significant for several areas among them, the Psychology. In this sense, Historical-Cultural Psychology presents differentiated conceptions of the subject and the relationships that he establishes with the world. And although these conceptions are relevant little has been discussed about the possibility of clinical performance in this approach. Thus, the present bibliographic research intends to understand how the management of clinical psychotherapeutic care in the Historical-Cultural perspective is given. It seeks to draw a historical profile of the development of theory, recognizing its presuppositions, in the quest to understand how they are effective and favor clinical practice in this proposal.

Keywords: Historical-Cultural Theory. Clinical psychology. Subject.

INTRODUÇÃO

A mudança de regime político do Império Russo para União Soviética no início do século XX, propiciou o desenvolvimento da Teoria Histórico-Cultural. Esse contexto histórico aliado aos estudos de Vygotsky sobre a relação que o sujeito estabelece com o ambiente e da maneira que essa relação é responsável pela construção do indivíduo enquanto sujeito, por meio do desenvolvimento das funções psíquicas superiores, possibilitou que essa teoria ganhasse espaço na Psicologia.

Embora as contribuições mais expressivas da Teoria Histórico-Cultural estejam voltadas para as áreas da educação e a área social, a Psicologia Histórico-Cultural apresenta uma concepção diferenciada de sujeito e dos fenômenos nos quais ocorre o desenvolvimento de seus aspectos subjetivos. Tendo em vista a concepção de homem como sujeito social e ativo frente às demandas da sociedade, faz-se necessário compreender como os aspectos subjetivos são ressaltados nessa abordagem fundamentalmente na prática clínica.

Durante determinado período algumas limitações acabaram por não favorecer estudos voltados ao atendimento clínico nesta proposta, devido a isso pouco se fala sobre a prática da Psicologia Clínica na abordagem Histórico-Cultural. Dessa forma, a fim de compreender como se dá o manejo da clínica nesta perspectiva pretende-se contextualizar aspectos relevantes da teoria, buscando identificar os pressupostos que embasam a prática clínica nesta abordagem. Para assim aprofundar-se nas possibilidades de atuação na Psicologia Histórico-Cultural.

1 TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

A teoria Histórico-Cultural é uma abordagem da Psicologia que se fundamenta nos estudos teóricos de Lev Semionovich Vygotsky e teve contribuições significativas de Leontiev e Lúria. De acordo com Bortolanza e Rigel (2016), as ideias desses autores destacam o ser humano como um ser social. Bock, Gonçalves e Furtado (2015, p. 24), afirmam que essa abordagem faz críticas às contradições presentes na psicologia, não somente devido “à intencionalidade de quem a produz, mas por seus fundamentos epistemológicos e teóricos”, ou seja, os fundamentos desta teoria constituem uma crítica à visão de homem e a concepção de ciência concebida por outros autores da Psicologia.

.Os fundamentos da teoria foram profundamente influenciados pelo contexto de vida de Vygotsky que, nascido no Império Russo, participou da transição do regime político num processo revolucionário e com base nessas perspectivas contextuais desenvolveu a teoria Histórico-Cultural (BORTOLANZA; RIGEL, 2016).

[...] para se analisar um dado objeto de estudo a partir da obra de Lev Semionovich Vigotski (1896-1934) é fundamental levar em conta as discussões metodológicas e as contingências que marcaram o desenvolvimento da produção do psicólogo bielorrusso - afinal, Vigotski, além de um importante teórico da psicologia, foi um dos grandes epistemólogos dessa ciência, e sua busca pelo conhecimento sempre esteve aliada às prementes necessidades de seu tempo histórico (ROMANELLI, 2011, p. 200).

Pode-se dizer então que a teoria de Vygotsky é profundamente influenciada por sua realidade, uma vez que, se apropria das relações sociais estabelecidas para situar o homem na sua própria história, entendendo que a identidade deste se constitui historicamente (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015).

Sendo assim, é tendo em vista esse processo histórico que a perspectiva Histórico-Cultural se fundamenta. Sua postura crítica destaca que as concepções contraditórias às quais a psicologia serve, impossibilitam que se compreenda o sujeito na sua integralidade. Para reverter esse processo é necessário romper com as tradições da psicologia enquanto ciência, função assumida pela postura crítica dessa abordagem (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015).

Para que isto aconteça, Bock, Gonçalves e Furtado (op. cit.) apontam quatro aspectos que consideram fundamentais para a compreensão da postura crítica nesta teoria:

1. O abandono da visão abstrata dos fenômenos psicológicos. Diz respeito a uma concepção em que o fenômeno psicológico se consolida no processo histórico de construção social, pois se relaciona com o mundo social e material, e possibilita assim o desenvolvimento das potencialidades humanas.
2. O rompimento da tradição classificatória e estigmatizadora da Psicologia enquanto ciência e profissão, pois na história da Psicologia esta muitas vezes esteve relacionada aos interesses de grupos sociais específicos desconsiderando seus saberes para responder aos interesses desses grupos, ou seja, a ciência não estava a serviço de todos.
3. A negação da neutralidade das intervenções profissionais. Afinal partindo do pressuposto de que os profissionais de Psicologia são seres sociais e históricos, existe a necessidade de reconhecer que esta intervenção não é neutra, uma vez que, o sujeito é um ser “ativo e transformador do mundo”, que num processo interventivo encontra outro sujeito ativo e transformador, que terá de

realizar um trabalho “intencionado e direcionado” que afetará o projeto de vida do indivíduo.

4. A superação da postura positivista e idealista por meio da metodologia histórico-dialética, uma vez que o positivismo se baseia numa naturalização dos fenômenos humanos e sociais, que compreende esses fenômenos de forma abstrata, desconsiderando os elementos sociais e os valores culturais.

Lordelo (2011) defende que na antiga União Soviética o materialismo histórico dialético assumia dois sentidos complementares: o materialismo histórico, considerado como teoria do desenvolvimento social e um sentido mais filosófico, que seria o materialismo dialético.

De acordo com Romanelli (2011), as concepções do materialismo dialético influenciaram a produção de Vigotski, na medida em que este incorporou à teoria ideais filosófico-metodológicos encontrados na dialética marxista, enquanto buscava recursos para investigar a crise da psicologia. Assim sendo, é possível compreender “o homem concreto (o ser humano inserido em sua realidade histórica objetiva), reiterando que o psiquismo é - ele também - uma realidade objetiva” (op. cit., p. 203). Dessa forma pode-se afirmar que a subjetividade humana é o resultado de uma construção histórica.

Na perspectiva do materialismo dialético o homem é social e histórico, concreto, não só determinado por sua realidade social e histórica, mas também determinante dessa realidade (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015), e essa perspectiva impacta diretamente na construção da sua subjetividade.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a Psicologia Histórico-Cultural:

Fundamenta-se no marxismo e adota o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método. Nesse sentido, concebe o homem como ativo, social e histórico; a sociedade, como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material; as ideias, como representações da realidade material; a realidade material, como fundada em contradições que se expressam nas ideias; e a história como movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de ideias incluindo a ciência e a Psicologia (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015, p. 24).

Compreender as especificidades da teoria Histórico-Cultural é fundamental para entender que seus pressupostos estão alicerçados na crítica, na objetividade, na subjetividade, e na contradição que marcam a história e a

construção psíquica do ser humano. Nesse sentido, o aspecto dialético proporciona a ampliação da concepção de homem e de subjetividade, que se destacam nesta abordagem.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PSICOTERAPIA NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

2.1 LIMITAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA PARA A CLÍNICA

A Psicologia Histórico-Cultural se desenvolveu numa perspectiva voltada as transformações sociais de um país em mudança de regime governamental. Nesse sentido, os estudos de Vygotsky estiveram vinculados à maneira como a sociedade contribui para a consolidação das funções psíquicas superiores no homem, e como este numa relação dialética, transforma essa realidade, na medida em que essa também o transforma.

Embora o desenvolvimento da Teoria Histórico-Cultural tenha encontrado oportunidades de expansão devido ao contexto histórico da União Soviética, essa abordagem foi mais expressiva nos estudos voltados à Psicologia Geral, Educativa e do Desenvolvimento. A ênfase dada por Vygotsky tinha como eixo a personalidade e as emoções, sendo que não houve aprofundamento no campo da clínica, o que possivelmente constituiu uma limitação para a consolidação da prática nesta abordagem (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015).

Segundo Delari Júnior (2012, p. 2), a perspectiva Histórico-Cultural sofre resistência, uma vez que alguns grupos que estudam Vygotsky consideram uma “traição à psicologia histórico-cultural, em sua matriz epistemológica marxista, ocupar-se também da clínica, quando talvez devesse estar voltada exclusivamente a processos educativos e a práticas sociais preventivas em saúde mental”. Nesse sentido, isso apresentaria-se como um limitador da possibilidade da realização de uma prática clínica na abordagem.

Fernando González Rey ajuda-nos a ampliar um pouco nosso entendimento neste sentido. Ele destaca que até a década de 1970, a Psicologia Soviética no campo da clínica apresentava propostas de ordem teórica, mas não englobava conceitos sobre psicopatologia e psicoterapia. Isso se deu devido a

uma série de limitações que impediram também o direcionamento da teoria para a atuação na clínica (REY, 2007).

O primeiro fator considerado um limitador para a consolidação da prática clínica na abordagem Histórico-Cultural diz respeito aos princípios políticos da época. A representação política tinha como premissa que o homem era dotado de sanidade, tendo então uma mente sã não haveria necessidade de psicoterapia, uma vez que essa concepção de homem negava a subjetividade, e por consequência a existência das psicopatologias (REY, 2007).

[...] Na visão oficial do homem predominavam os valores da consciência e da vontade, gerando um certo voluntarismo, que tinha, por trás, um racionalismo que privilegiava a capacidade absoluta da vontade de superar problemas. A combinação desses elementos, convertidos em valores ideológicos pela direção política, tornava difícil o exercício da cidadania (op. cit, p. 115).

Nessa perspectiva ficava explícita a dominância da consciência e da vontade, assim a superação dos problemas era responsabilidade do sujeito.

Para Rey (2007) outro fator limitador foi a Teoria da Atividade, pois esta privilegiou “a formação de líderes, a delimitação de espaços institucionais e as publicações congruentes com essa forma de enxergar a psicologia” (op. cit. , p. 115), resultando na formação de vários profissionais voltados aos estudos acerca da Teoria da Atividade e poucos estudos voltados à clínica. Outra dificuldade apontada foi a permissão para que a doença fosse objeto de estudo e intervenção exclusivo da psiquiatria. Se na concepção de homem dessa época, este era sã, era improvável que ele tivesse problemas psicopatológicos, sendo assim qualquer sintoma era considerado de ordem orgânica e cabia à medicina resolver, dessa forma a “psiquiatria substitui a psicologia em todas as questões relacionadas a este campo” (ibidem). Devido a esses fatores a Psicologia Histórico-Cultural se fortaleceu no campo educativo e do desenvolvimento, de forma que suas ações e pesquisas estavam relacionadas a estas temáticas.

Outro aspecto limitador apontado por Rey (op. cit.), diz respeito a foco dos estudos de Vygotsky estarem voltados para a personalidade, para a unidade cognitiva e afetiva, e para a mediação do signo. Por meio desses Vigotski se debruçou em compreender a operação desenvolvida no campo externo mediada pelo pensamento e pela linguagem, responsável pela consolidação das funções psíquicas.

Até 1970, o cenário que impedia estudos voltados à clínica na abordagem Histórico-Cultural, apresentava essas limitações. Rey (2007) ressalta que somente a partir desta década é que as críticas à Teoria da Atividade ganham espaço na Psicologia. Esse movimento teve início de forma mais sistematizada a partir V Congresso da Sociedade de Psicólogos da União Soviética realizado no ano de 1977.

A crítica à teoria neste Congresso possibilitou a retomada dos estudos acerca dos processos psíquicos, compreendendo que estes se diferenciam dos demais fenômenos, na medida em que são responsáveis pela consolidação da psique que se expressa por meio da subjetividade (op. cit., p. 118).

Até os dias atuais não existem muitos estudos voltados para a clínica nesta abordagem. Destaca-se Fernando González Rey, “formado pela escola russa de Psicologia, e que segue a tradição de autores russos, como Vigotski, Luria, Leontiev, Galperin e Bozhovich” (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015, p. 109), que por meio do aprofundamento desses estudos tem realizado uma leitura mais abrangente dos trabalhos dos psicólogos russos, propondo assim, princípios para a prática clínica.

2.2 PRESSUPOSTOS PARA A COMPREENSÃO DA CLÍNICA

A perspectiva Histórico-Cultural não oferece um sistema de regras universais, mas se apoia em princípios nos quais a prática encontra fundamentação teórica e epistemológica (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015).

Rey (2007) ressalta que para compreender a prática clínica nessa perspectiva, se faz necessário esclarecer dentre outros, os seguintes conceitos: sentido subjetivo, subjetividade e sujeito. Para Rey (2007), ao ter determinada experiência o sujeito atribui a esta um sentido que está vinculado a cultura na qual está inserido. Esse sentido irá se manifestar de forma emocional e simbólica se concretizando por meio da comunicação e da ação. Esse processo de resignificação da experiência é entendido como sentido subjetivo. Nessa concepção, o sentido subjetivo não está descolado do conceito de subjetividade, uma vez que é o responsável por conduzir a uma reflexão acerca desta (op. cit.).

Dessa forma é possível afirmar que a subjetividade é um processo e uma forma de organização que caracteriza os processos de significação e sentido do sujeito e dos diferentes cenários sociais em que ele se desenvolve, considerando o caráter singular o sujeito (REY, 2007).

Nessa concepção, o sujeito emerge nas relações sociais pelas quais ele necessita assumir um papel social (DELARI JÚNIOR, 2012). Assim, o sujeito deve ser compreendido como fonte de processualidade, de implicação da pessoa no espaço social em que esta atua, no qual sua atuação se concretiza por meio da ação (REY, 2007).

Para Rey (op. cit., p. 145) quando a pessoa atua como sujeito expressa “uma subjetivação que implica sua subjetividade individual e subjetividade social, integração única que surge em forma de sentidos subjetivos singulares, que se desdobram em trajetórias únicas em suas ações concretas”. Assim sendo, os processos de subjetivação do sujeito não tem repercussões somente individuais, mas também se constituem na subjetividade social, uma vez que a atuação do sujeito está inserida num contexto cultural.

Essa concepção de sujeito nega a universalidade da pessoa, pois o “ser sujeito”, exige um posicionamento crítico e uma tomada de decisão. Isso permite a ele a produção “de novos espaços de subjetivação no decorrer de uma atividade, daí sua significação como momento constituinte da subjetividade social” (op. cit., p. 146).

Dessa forma, a prática da psicoterapia pressupõe que a subjetividade do sujeito é constituída em suas ações sociais dentro de um contexto histórico. Há então um rompimento da visão dualista do social e do individual, uma vez que essa apresenta uma concepção reducionista de sujeito negando sua singularidade. Por meio do diálogo, o sujeito é capaz então de reconfigurar os sentidos e significados em seus diferentes sistemas de relação, e essa ressignificação pode ter um caráter transformador (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015).

Essa postura dialógica é um princípio da ação psicoterapêutica, na medida em que compreende que “os processos de mudança, se inscrevem na constituição progressiva do diálogo e no impacto deste nos sujeitos implicados na relação terapêutica” (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015, p. 243). Negando assim a neutralidade do psicólogo.

Outro pressuposto relevante para o estabelecimento de uma teoria voltada para a prática clínica é a concepção desta abordagem em relação a patologia. De acordo com Bock, Gonçalves e Furtado (2015, p. 243), a patologia é constituída historicamente num determinado contexto de organização e mudança, sendo assim “sempre é portadora de um valor contextual de tipo ideológico, o que impede sua compreensão como estrutura universal”.

Para Rey (op. cit., p. 155):

[...] a grande conquista que implicou o reconhecimento do aspecto simbólico discursivo do patológico foi o reconhecimento de uma dimensão cultural e social em fenômenos que historicamente haviam permanecidos ocultos atrás do mecanismo social de sua naturalização, o que é totalmente compatível com uma posição histórico-cultural.

Nesse sentido este autor, afirma que a patologia é uma configuração subjetiva complexa que “é uma verdadeira produção sobre a experiência vivida” (op. cit., p. 164). Dessa forma, o cenário do processo terapêutico é o sujeito que tem uma experiência dentro de determinado contexto, e confere a ela uma configuração psicopatológica, no sentido subjetivo que a expressa. Portanto, a patologia não está desvinculada do contexto, ela emerge na relação que o sujeito estabelece com esse contexto.

De acordo com Bock, Gonçalves e Furtado (2015, p. 262), as questões de patologia e psicoterapia são indissociáveis, pois a compreensão de ambos os termos possibilita um aprofundamento acerca das concepções de sujeito, personalidade e subjetividade social que são fundamentais para integrar “a clínica ao cenário de produção da psicologia social e educativa, mas também outorgar à psicoterapia um lugar diferente dentro de outros campos de atividade profissional do psicólogo”.

Sendo assim, é necessário compreender a importância dos conceitos anteriormente apresentados a fim de entender de que maneira esses se expressam na prática clínica dentro da proposta teórica dessa abordagem.

3 CLÍNICA NA TEORIA SÓCIO-HISTÓRICA

De acordo com Delari Júnior (2012), a articulação entre a teoria e a prática clínica na psicologia Histórico-Cultural é um desafio, na medida em que se espera que tais práticas não sejam uma junção de princípios teóricos com outros

saberes, mas o estabelecimento de um diálogo com tais saberes e práticas, que não desconsidere “os princípios epistemológicos que norteiam a psicologia geral de orientação histórico-cultural” (DELARI JÚNIOR, 2012, p. 10).

Nesse sentido é importante que o psicoterapeuta tenha suporte teórico para sua prática, por meio deste suporte “criará um conjunto de técnicas de intervenção e um posicionamento relacional adequados pra si próprio” (AIRES, 2006). Considerando a perspectiva Histórico-Cultural, a função do psicoterapeuta é interferir na zona de desenvolvimento potencial dos pacientes, agindo como facilitador dos processos psíquicos sobre os quais o paciente não conseguiria atuar de maneira autônoma (PÉREZ, 1999).

Pérez (1999) ressalta que a relação terapêutica tem como objetivo possibilitar o desenvolvimento da pessoa de forma que suas ações possam ser reelaboradas por meio de interpretações, esclarecimentos, confrontos, ressignificações entre outras possibilidades, que tem como função facilitar a reconstrução e elaboração dos significados culturais numa dimensão individual e social.

Para isto, o psicoterapeuta utiliza técnicas gerais e específicas, tais como análise contingente, compreensão empática e significação, criando uma relação onde o paciente pode construir novos significados e sentidos, lidando com as suas necessidades e motivos. Isto facilita e/ou promove os processos de formação partilhada e o registro individual de significados: consentidos pelo próprio, na relação uns com outros e apontados ou nomeados por ambos como algo exterior (AIRES, 2006).

Assim, é possível afirmar que o trabalho psicoterapêutico opera sobre um sistema de representações que busca modificar ou eliminar distorções que impossibilitam o adequado desenvolvimento do sujeito. Desta forma esse será capaz de ter ações que o conduzam à satisfação de suas necessidades em prol do seu crescimento (PÉREZ, 1999).

No entanto, para Rey (op. cit.) o que define os aspectos significativos para o processo terapêutico é a concepção de subjetividade proporcionada pela perspectiva histórico-cultural.

Para o autor acima citado, a possibilidade de uma ação voltada para a psicoterapia exige que esta seja compreendida como “uma prática profissional de caráter relacional, dialógico [...]” (REY, op. cit., p. 204). Dessa forma abrem-se espaços de subjetivação por meio do diálogo, sendo que paciente e terapeuta

estão em posição relacional e dialógica que se concretiza por meio da linguagem. Esta, por sua vez, é um elemento fundamental na sistematização da percepção, pois possibilita a transição dos reflexos sensoriais para o pensamento, por meio de abstrações e generalizações (AIRES, 2006).

Outro princípio que deve ser considerado no estabelecimento da clínica na perspectiva Histórico-Cultural é a ação terapêutica sendo considerada como indissociável do seu contexto, ou seja, está centrada na produção de sentidos subjetivos, que consistem num instrumento para conhecer como as relações estabelecidas pelo sujeito causam impacto em sua vida. O objetivo da ação psicoterapêutica é possibilitar que a pessoa se torne sujeito de suas práticas sociais. Nesse sentido, a psicoterapia pretende atuar sobre as dimensões sociais e individuais da subjetividade, facilitando novas formas de comunicação e atividade que oportunizem a produção permanente de sentidos subjetivos, que serão responsáveis por gerar novas alternativas e opções para a vida do sujeito (REY, 2007).

Para que essa mudança seja possível, Rey (2007) ressalta que somente informação e conhecimento são insuficientes, no entanto, são condição necessária para produzir sentidos subjetivos e por meio destes que a mudança irá se consolidar. A atuação voltada à subjetividade individual e social confere ao campo da psicoterapia na perspectiva Histórico-Cultural, um posicionamento político e ideológico, uma vez que, essas dimensões estão relacionadas aos sentidos subjetivos e estes, por sua vez, com os transtornos e sofrimentos do sujeito. Nesse sentido toda mudança pessoal terá consequências políticas. O autor afirma que “a psicoterapia é particularmente sensível às consequências da cultura e dos processos sociais sobre os processos de subjetivação” (REY, op. cit., p. 206).

Assim, há uma relação estreita entre as demandas de prevenção e promoção de saúde e as políticas públicas com o comprometimento social da Psicologia Histórico- Cultural em transcender a visão do atendimento clínico em Psicologia. No entanto, é importante ressaltar que embora a psicoterapia seja entendida como uma prática inseparável de processos de reabilitação ou recuperação a atuação do profissional não deve estar institucionalizada, mas se fazer presente em todas as áreas não desconsiderando o seu comprometimento com as políticas e práticas de saúde (REY, op. cit.).

A psicoterapia é um processo orientado ao desenvolvimento simultâneo de distintos processos de subjetivação capazes de se influenciarem de forma recíproca, facilitando a mudança das configurações subjetivas envolvidas com o sofrimento das pessoas e grupos sociais (REY, op. cit., p. 217).

Essa orientação evidencia a não neutralidade da ação psicoterapêutica, no entanto essa não é totalmente diretiva de forma que o paciente esteja passivo frente a influência do terapeuta, na verdade para que a mudança ou aprendizagem ocorra, Pérez (1999) defende que se faz necessário que o processo seja significativo. Na medida em que o sujeito se aproprie e interiorize os elementos de mudança, ou sentidos subjetivos e reelabore-os conferindo a eles novos significados. Sobre esse processo Aires (2006), ressalta que “o paciente modifica seu campo psicológico ou cria para si próprio uma nova situação no seu campo e muda seu estado, ausente de sentido, num outro, com sentido”. Assim, o terapeuta age como facilitador no processo de reconhecimento das necessidades do paciente.

Na psicoterapia estes processos podem ocorrer apenas na interação do paciente com o psicoterapeuta. Estes processos são intersubjetivos, ou seja, são partilhados entre dois sujeitos. Nesta fase, o psicoterapeuta é um agente externo que medeia a relação do paciente com o mundo. Mas porque a mudança ocorre, os processos que antes eram partilhados com o psicoterapeuta tornam-se internalizados e acontecem dentro do paciente, as respostas mediadas para o mundo torna-se um processo intrapsíquico (AIRES, 2006).

Portanto, esse processo de ressignificação só é possível na interação dialógica entre paciente e psicoterapeuta, sendo assim partilhado por ambos, a fim de que as mudanças comecem a acontecer dentro do paciente para que este seja capaz de dar respostas ao mundo com objetivo de promover o seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática clínica na abordagem Histórico-Cultural é um desafio que vem sendo gradativamente superado. Tendo em vista as limitações que os estudos na

área sofreram ao longo da história, tem apresentado avanços nos últimos anos a fim de expandir sua atuação.

Os estudos de Vygotsky muito contribuíram para a compreensão dos processos envolvidos na consolidação das funções psíquicas superiores, e embora a sua própria atuação não estivesse voltada para uma psicologia clínica, essa possibilidade emerge da necessidade de compreender o sujeito como ser em constante relação com o mundo cultural. Essa relação pressupõe uma ação por parte desse sujeito que é mediada pelo pensamento e pela linguagem.

Essa concepção de sujeito promove a emergência de uma reflexão mais aprofundada acerca da subjetividade, e nesse contexto surge a intencionalidade de ampliar a visão da psicologia clínica, anteriormente pautada por abordagens mais tradicionais. A clínica a ser desenvolvida pela Psicologia Histórico-Cultural está voltada às necessidades de um sujeito que está presente num contexto cultural que o afeta por inteiro.

Essa é uma particularidade da atuação clínica na Psicologia Histórico-Cultural, compreender o sujeito no seu contexto a fim de que o terapeuta possa agir como facilitador na busca do sujeito por respostas às suas demandas.

Assim sendo, os estudos acerca da prática clínica na psicologia Histórico-Cultural merecem aprofundamento, a fim de possibilitar uma maior compreensão acerca dos fundamentos que tornam essa prática possível e efetiva.

Referências

AIRES, Joaquim Maria Quintino. A abordagem sócio-histórica na psicoterapia com adultos. **Psicologia para América Latina**, México, n. 5, fev. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2006000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28.jul.2018.

BORTOLANZA, Ana M. E; RIGEL, Fernando. Vygotsky e as origens da Teoria Histórico-Cultural: estudo teórico. **Revista Educativa**. Goiânia, v. 19, n. 1, p. 1020-1042, set/dez. 2016. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/5464>> Acesso em: 24.fev.2018.

BOCK, Ana M. B. ; GONÇALVES, Graça M. ; FURTADO, Odair (org). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DELARI JR., A. **O sujeito e a clínica na psicologia histórico-cultural: diretrizes iniciais**. Mimeo. Umuarama-PR. 2012. 17 p. Disponível em <<http://www.vigotski.net/clinica-ufms.pdf>> Acesso em 24.fev.2018.

LORDELO, Lia da R. A Crise na Psicologia: Análise da Contribuição Histórica e epistemológica de L. S. Vigotski. **Psicologia: Teoria e pesquisa**. Brasília, v. 27, n. 4, p. 537-544, out/dez, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n4/19.pdf>> Acesso em 24.fev.2018.

PÉREZ, Dionísio F. V. Psicoterapia y orientacion Historico Cultural. **Revista Cubana de Psicologia**, v. 16, n. 3, 1999. Disponível em <<http://investigacionpsigestaltintegral.blogspot.com/2015/10/psicoterapia-y-orientacion-historico.html>> Acesso em 28.jun. 2018.

REY, Fernando González. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thompon Learning: 2007.

ROMANELLI, Nancy. A questão metodológica na produção Vigotskiana e a dialética marxista. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 16, n. 2, p. 199-208. abr/jun, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n2/a03v16n2.pdf> > Acesso em 24.fev.2018.